

CIBECINEP



B0010146

DICAS

O QUE FAZER PARA QUE
A EDUCAÇÃO BÁSICA DÊ CERTO
NO SEU MUNICÍPIO



7.014.12
545d

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

Coordenação Geral

Carmen Emília Pérez

MEC - Ministério da Educação e do Desporto

Secretaria de Educação Fundamental

Maria Aglaê de Medeiros Machado

CENPEC - Centro de Pesquisas para Educação e Cultura

Coordenação

Maria Alice Setúbal Souza e Silva

Marta Wolak Grosbaum

Elaboração

Neide Cruz

Raquel Léa Brunstein

CECIP - Centro de Criação de Imagem Popular

Direção de Arte, Capa e Ilustrações

Claudius S.P. Ceccon

Editoração Eletrônica

Claudia Protasio Ceccon

DICAS

O QUE FAZER PARA QUE
A EDUCAÇÃO BÁSICA DÊ CERTO
NO SEU MUNICÍPIO

UNICEF
MEC
CENPEC
CECIP

ACESSO À ESCOLA

MELHORES CONDIÇÕES DE ENSINO

DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO
DO ENSINO

MELHORES CONDIÇÕES DA ESCOLA

VALORIZAÇÃO DA PROFESSORA

OPORTUNIDADES
EDUCACIONAIS
PARA
TODOS

criação
de
parcerias e alianças

O valor da educação integral para o desenvolvimento pleno da pessoa humana é plenamente reconhecido. E, como o desenvolvimento humano é a medida de todo e qualquer desenvolvimento econômico, evidencia-se a prioridade da educação para o futuro do Brasil, sem exclusão de qualquer segmento étnico, social ou regional.

Assim, como resposta ao anseio nacional por **mais e melhor** educação, os Podêres Públicos em seus diferentes níveis assumem o compromisso, com o conjunto da sociedade, de implementar o PLANO DECENAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS.

O desafio a enfrentar é considerável: trata-se de universalizar oportunidades educacionais iguais para TODOS e, ao mesmo tempo, melhorar a qualidade dos serviços educativos para que, pelo menos 80% das crianças e adolescentes possam concluir o ensino obrigatório de oito séries (ensino fundamental) - meta fixada para ser alcançada no início do século XXI.

Tal desafio impõe medidas e estratégias condizentes, entre as quais avultam planejamento, descentralização, integração e interação política, que o MEC vem adotando como órgão central do Sistema Nacional de Educação.

Entendo que, à vista das diversidades regionais e locais que caracterizam o Brasil, a participação dos Municípios no esforço conjunto é fundamental, especialmente por se tratar de **educação básica**, compreendidos programas de atenção integral a crianças e adolescentes, ampliação da oferta de pré-escola, universalização e qualificação do ensino fundamental, adoção de medidas de apoio e complementação de assistência ao aluno e capacitação de recursos humanos.

Esses programas são eminentemente locais, comunitários, aproximando-se das necessidades e reivindicações quando executados pelo Poder Público Municipal.

Importa, assim, estimular os Municípios para que sua atuação na área educacional **dê certo**, o que justifica a publicação de DICAS: não ocorre aqui a pretensão de apresentar **fórmulas mágicas** à maneira de panacéia, mas de propor sugestões e recomendações e incentivar a criatividade e a participação.

Brasília, julho de 1993.

Murílio de Avellar Hingel
Ministro de Estado da Educação e do Desporto

Após a publicação das quinze experiências municipais bem sucedidas em educação básica, resultado de um amplo esforço de identificação, registro e sistematização do trabalho de municípios onde o ensino público vem dando certo, estamos lançando agora as lições extraídas daquele rico material. A idéia é utilizar aquilo que aprendemos para gerar novas iniciativas em educação básica e contribuir para a melhoria do que já vem sendo feito.

No marco do novo federalismo, que nasce da Constituição de 1988, vemos com satisfação a emergência e o fortalecimento no Brasil de uma nova forma de cooperação em educação básica: a cooperação município-município. Cada vez mais, educadores e dirigentes percebem as vantagens de "aprender a fazer com quem está fazendo", assimilando o "saber de experiências", feito daqueles que estão trabalhando e lutando pela educação no dia a dia de suas comunidades.

A simplicidade do texto e a leveza criativa das ilustrações são o invólucro de um denso e rico conteúdo. Um conteúdo que, esperamos, possa dar respostas às dificuldades, servir de inspiração para inovações e semente de transformações amplas e profundas em outros contextos.

Com estas DICAS, o UNICEF dá mais um passo na estratégia de assegurar o ingresso, o regresso, a permanência e o sucesso de todas as crianças numa escola pública, universal e de boa qualidade.

Brasília, 30 de julho de 1993.

Agop Kayayan
Representante do UNICEF no Brasil

Apresentação

Este material é fruto de um trabalho realizado pelo UNICEF/CENPEC com o objetivo de registrar e divulgar experiências educacionais significativas.

Para a análise e o registro das experiências educacionais foram selecionados 15 municípios de porte grande, médio e pequeno, localizados em 9 estados brasileiros, cujas políticas educacionais nortearam suas opções pelo princípio do direito de todos à Educação Básica. Esta escolha permitiu uma reflexão acerca de modelos diferenciados de gestão do sistema escolar que criaram formas próprias de interagir com seu meio social, revelando capacidade de organização escolar e gestão pedagógica voltadas para a melhoria da qualidade do ensino.

Não se buscou algo necessariamente inovador, no sentido de inusitado ou novo. A análise das experiências estudadas nos revela que, ao priorizar a educação, esses municípios estão se diferenciando dos demais, e essa é a grande inovação.

Muitas vezes a realização do simples e do óbvio, mas bem implementado, trouxe resultados significativos, constituindo-se em lições para outras regiões. A diversidade regional não se configura numa barreira para que propostas e ações de um determinado município não possam ser utilizadas como parâmetro para outros. Não é possível se pensar em um modelo único e original para cada um dos municípios brasileiros, assim como não temos tempo para tentar "inventar" novas soluções, quando muitas vezes não são novas, pois foram implantadas em outras regiões.

Assim sendo, e para facilitar e agilizar aos dirigentes e técnicos da área o acesso às propostas desenvolvidas pelos 15 municípios estudados elaborou-se este material, onde as ações encontram-se operacionalizadas em passos e agrupadas de acordo com sua natureza, em sete grandes temas:

- Pg. 05** **1** "E AS CRIANÇAS? TODAS TÊM ESCOLA?" que trata das medidas destinadas ao acesso, permanência e extensão do ensino.
- Pg. li** **2** "MELHORANDO AS CONDIÇÕES DE ENSINO" que aborda os investimentos no trabalho do professor, na aprendizagem do aluno, nas estratégias de ensino e nas medidas alternativas que enriquecem o ensino.
- Pg. 17** **3** "MELHORANDO AS CONDIÇÕES DA ESCOLA" onde merecem atenção especial o aspecto físico e os recursos didáticos da escola.
- Pg. 21** **4** "VALORIZANDO O PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO" que reúne as medidas destinadas à carreira e/ou qualificação do professor e à sua formação continuada.
- Pg. 31** **5** "OFERECENDO OPORTUNIDADES EDUCACIONAIS PARA TODOS" que trata das ações destinadas a oferecer educação básica aos adolescentes e adultos; ensino profissionalizante visando sua inserção no mercado de trabalho; e oficinas ou "ateliês" de arte objetivando o resgate da cultura, da arte e da história do município.

6 "FORTALECENDO PARCERIAS E PROMOVENDO ALIANÇAS" onde estão reunidas várias ações do poder municipal com a participação de diferentes órgãos e entidades públicas e privadas destinadas a viabilizar os projetos da administração.

pg. 37

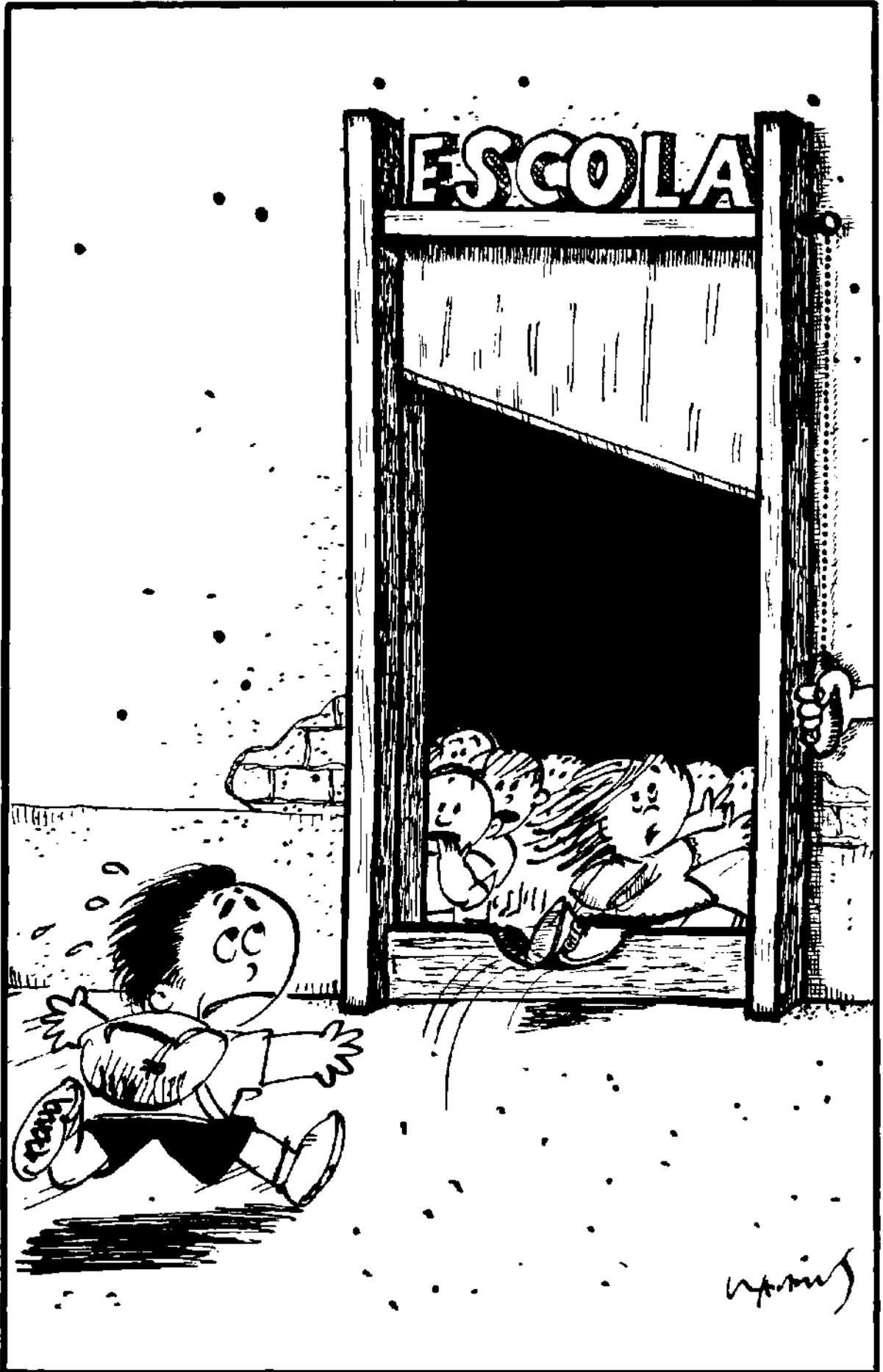
7 " DEMOCRATIZANDO A GESTÃO DO ENSINO" onde estão relacionadas as diferentes formas de gestão democrática do sistema do ensino desenvolvidas pelos administradores que procuraram tornar os serviços públicos mais ágeis e eficazes.

Pg. 45

As propostas e ações que aqui se apresentam certamente serão utilizadas de diferentes maneiras - cada município fará opções por diferentes alternativas, adequando-as à sua realidade ou reagrupando-as de acordo com o seu contexto.

Ao fazer uso das sugestões arroladas convém lembrar que:

- medidas pontuais, descoladas de uma política educacional mais ampla não levam a mudanças efetivas. As medidas aqui apresentadas foram isoladas somente para fins desta apresentação.
- embora medidas emergenciais sejam em alguns casos necessárias, a ação preventiva deverá ser sempre priorizada, pois seus resultados são mais eficazes.
- o envolvimento da comunidade é de fundamental importância.



W. Spring

E AS CRIANÇAS ? TODAS TÊM ESCOLA ?

1

Imagine um município onde todas as crianças vão à escola. Imagine um município onde essas crianças aprendem e são bem sucedidas na escola. Imagine um município onde todos: autoridades, pais, professores, empresários, se empenham em construir uma escola pública de qualidade e atingem seu objetivo.

Esse município pode ser o seu.

A educação é direito de todos e dever do Estado, assim diz nossa Constituição. Mas e na prática ? Como atrair todas as crianças para a escola, fazer com que lá permaneçam e progridam ? As portas da escola precisam ser abertas pela Prefeitura, a quem compete constitucionalmente em regime de colaboração com a União e o Estado, assegurar à população o ensino fundamental e pré-escolar.

Muitas crianças ficam fora da escola porque não há vagas, e aí se fecha o círculo vicioso da ineficiência do ensino. Não há vagas porque o índice de repetência é muito elevado e o índice de repetência é elevado porque o ensino é ineficiente. Assim, um dos primeiros passos para criar vagas e abrir as portas para um maior número de alunos pode ser dado "simplesmente" com a melhoria do ensino. Diminuir as taxas de reprovação e aumentar as de motivação, será tão difícil assim ?

O que fazer ?

Fazendo um diagnóstico da demanda escolar no município:

- Realizar em cooperação com os órgãos informatizados da Administração Pública um censo, cadastrando a população para identificar a clientela em potencial e, a que já está sendo atendida; a capacidade da rede pública (municipal e estadual) e a distribuição da população escolar nas diferentes regiões do município, através de:

- reuniões com a comunidade;
- questionários e entrevistas junto às famílias;
- convocação pelos meios de comunicação locais: cartazes, outdoors, rádio, jornal, emissora de TV, das famílias com filhos em idade escolar, para fazerem inscrição antecipada na escola pública mais perto de sua casa;
- divulgar, através dos meios de comunicação locais, a relação das vagas por turma e turno em cada escola pública.

Racionalizando o uso dos espaços no atendimento:

- Mapear a distribuição das escolas e das vagas das redes Municipal e Estadual relacionando-as com a demanda pesquisada;
- Definir os módulos de número de alunos (mínimo e máximo) para garantir a qualidade do ensino;

- Ampliar o número de vagas, sempre que necessário, mesmo que para isso tenha-se que adotar, emergencialmente, soluções alternativas enquanto não chegam os recursos para expandir a rede de escolas. É importante contar com a participação da comunidade, a qual poderá indicar os espaços a serem utilizados: salão paroquial, galpões, casas não habitadas, etc;

- Construir novos prédios escolares nos locais onde o diagnóstico apontou a existência de crianças sem escola;

- Manter nas regiões periféricas, dentro de um nível mínimo de racionalidade, classes multisseriadas, garantindo-lhes o desenvolvimento de um trabalho pedagógico de qualidade através de:

- supervisão e assessoria pedagógica permanente aos professores;
- utilização de metodologia e estratégias que estimulem o interesse e favoreçam a participação de todos os alunos da classe independentemente de seu grau de escolaridade;

- material didático e jogos pedagógicos diversificados que atendam a variedade de interesses decorrentes das diferenças de faixa etária e nível de escolaridade;

- monitoria de cursos à distância proporcionados pela T.V. educativa.

- Agrupar a clientela das escolas com poucos alunos da periferia e/ou zona rural, concentrando-os em escolas maiores, melhor dotadas e bem localizadas. No entanto, é importante considerar que a escola é uma conquista da comunidade e que o seu fechamento pode representar uma ameaça às relações comunitárias, gerando forte resistência da população local. Uma alternativa seria manter em funcionamento as séries iniciais nas localidades periféricas de baixa densidade populacional e organizar paralelamente um sistema de transporte gratuito, para garantir o deslocamento dos alunos e dos professores das demais séries para as escolas-núcleos. De qualquer forma, esta medida precisa do apoio da comunidade e portanto deve ser precedida de reuniões com os moradores e professores para conscientizá-los dos ganhos que terão a nível de qualidade de ensino.

Garantindo a permanência das crianças na escola:

- Garantir o deslocamento dos alunos e professores de suas localidades para as escolas, fornecendo-lhes transporte gratuito, seja através da própria municipalidade, seja através de vales transporte ou passes escolares.

Respeitar as características da comunidade adequando a ela o calendário escolar:

1 - Nas zonas rurais onde os diferentes ciclos da produção agrícola requerem em alguns momentos o

trabalho das crianças, o calendário escolar pode ser ajustado a essa sazonalidade. A municipalidade pode fazer uso de algumas alternativas:

- considerar férias escolares, o período destinado à colheita, compensando o ano letivo nos demais meses.
- as escolas podem funcionar em regime de alternância, no qual os alunos alternam períodos de atividades concentradas na escola, com períodos de atividades em casa e na comunidade, o que lhes possibilita, continuar sendo força de trabalho no campo, sempre que necessário.

2 - Nas regiões de população de baixa renda, e com grande número de crianças na rua, é interessante oferecer um atendimento escolar contínuo. Para tanto a municipalidade poderá proporcionar:

- atividades de reforço, recuperação e mesmo de lição de casa desenvolvidas nos espaços ociosos da escola (salas de aula, pátio, refeitório etc) ou da comunidade (salão paroquial, centro comunitário, creche, etc) sob a supervisão de um monitor que tanto pode ser um professor habilitado quanto um aluno do curso de magistério ou um professor leigo desde que devidamente assistidos e orientados.
- cursos profissionalizantes que favoreçam a inserção do

adolescente no mercado de trabalho, desenvolvidos em cooperação técnica com instituições públicas ou privadas, em oficinas de trabalho localizadas na própria escola, na comunidade ou em empresas privadas sob a supervisão de um profissional ou técnico devidamente habilitado.

- atividades culturais em oficinas ou "ateliês" em espaços cedidos pela administração pública e/ou pela comunidade onde crianças e jovens reúnem-se para desenvolver atividades de resgate do folclore regional: dança, canto, marcenaria, cerâmica ou atividades de caráter esportivo: voleibol, futebol, tênis de mesa etc sob a supervisão de um artista-oficineiro ou de profissional qualificado.

- atividades escolares sem interrupção no período de férias com possibilidade de ingresso do aluno em qualquer época do ano sem nenhuma exigência para a matrícula. Esta alternativa está diretamente relacionada à organização modular do ensino e pode ser utilizada combinando-se a jornada diária escolar com um período de atendimento às necessidades e características do aluno e/ou da comunidade conforme as alternativas anteriormente descritas.

Evitando a repetência e a evasão:

- Redefinir os critérios de avaliação, de forma que ela deixe de ser confundida com medida, instrumento de repressão e seletividade, tornando-se eminentemente dia-

gnostica ou seja, um momento do processo de ensino-aprendizagem no qual aluno e professor refletem sobre os resultados de seus trabalhos e tomam as medidas necessárias para favorecer seu progresso pessoal.

- Proporcionar alternativas de organização do ensino fundamental, que eliminem a rigidez das séries e levem em consideração o conhecimento acumulado. Por exemplo:

- eliminar a reprovação entre as séries iniciais (1ª e 2ª séries ou 1ª, 2ª e 3ª séries) de modo a proporcionar ao aluno mais tempo para construir os conhecimentos necessários à sua educação básica;

- ampliar a oferta de classes de pré-escola para crianças de 6 anos de idade integrando-as pedagogicamente às duas séries iniciais do Ensino de 1º grau, formando assim um bloco único e contínuo, que assegura ao aluno o tempo necessário para superar suas dificuldades, de acordo com seu ritmo próprio de aprendizagem;

- organizar o ensino dos conteúdos curriculares, distribuindo-os em módulos ao longo do curso, de forma a oferecer o tempo necessário, para que os alunos ultrapassem as dificuldades e incorporem os conhecimentos. A promoção ocorre ao final de cada etapa ou módulo vencido, independente da época do ano. Essa alternativa permite à criança ingressar e retomar a escola a qualquer momento. Essa flexibilidade na organização do ensino é especialmente adequada às escolas da zona rural onde a sazonalidade do plantio e da colheita levam o aluno a deixar a escola em alguns períodos do ano letivo para ajudar

a família nas lidas do campo. O ensino por módulos beneficia também os meninos que trabalham na rua para complementar o orçamento doméstico de suas famílias e têm, em decorrência desse fato, frequência irregular na escola.

- Respeitar os diferentes ritmos de aprendizagem, garantindo aos alunos com dificuldades, períodos de reforço ou recuperação contínua, seja no próprio horário escolar, ou em outros especialmente destinados a esse fim

Garantindo a extensão da escolaridade:

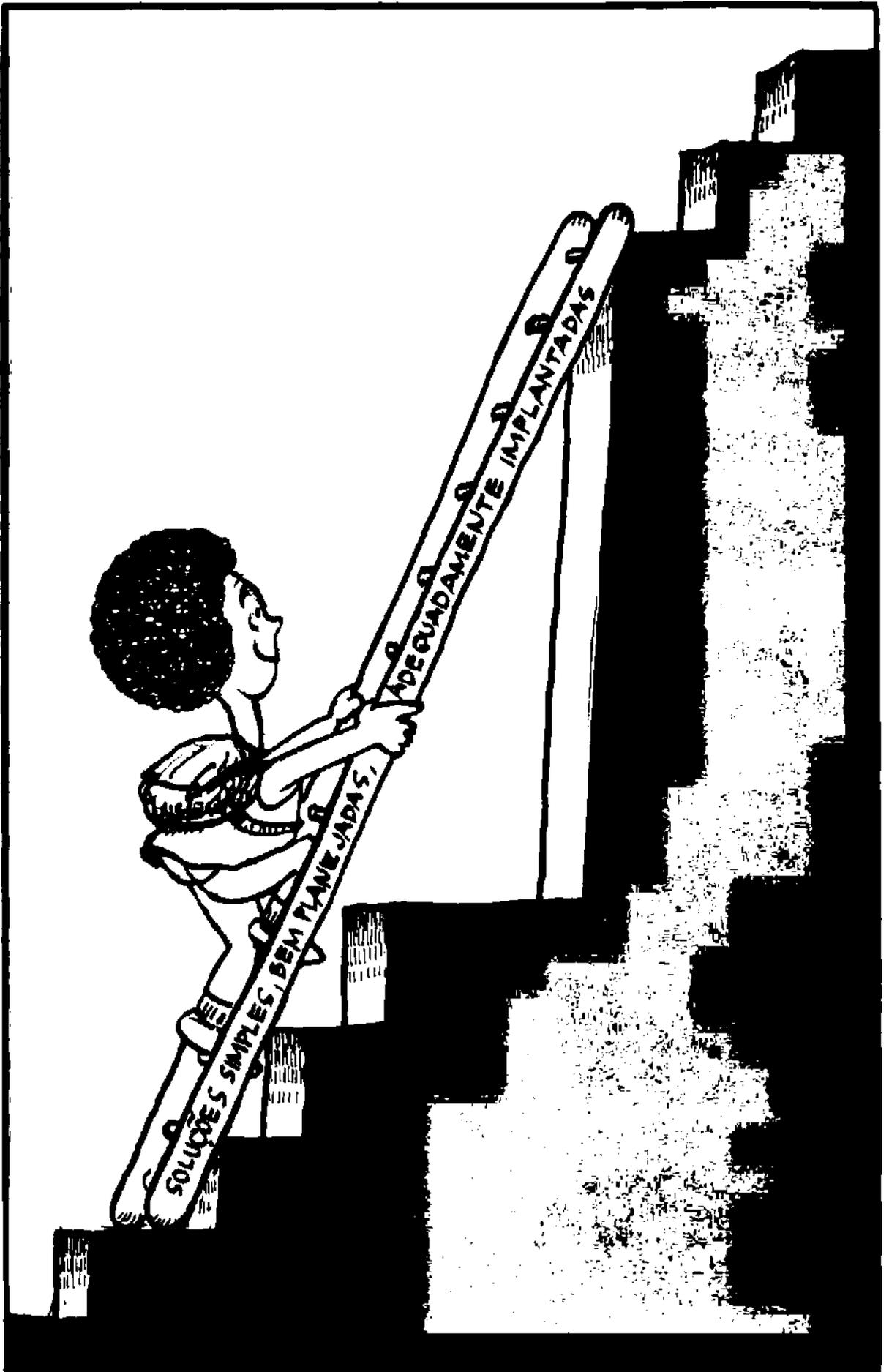
- Assegurar o ensino de 5^a a 8^a séries, nas zonas rurais ou em regiões periféricas de baixa densidade populacional, através de medidas que possibilitem a racionalização de espaços e economia de recursos:
 - preparar professores polivalentes de 1^a a 4^a séries para atuarem como monitores de programas de ensino à distância da TV educativa, para as séries finais do ensino fundamental.
 - oferecer as séries finais do 1^o grau em núcleos de maior densidade populacional e com maiores recursos, garantindo o transporte gratuito para o deslocamento dos alunos.
 - criar escolas agrícolas em parceria com a comunidade, que poderá colaborar na própria construção do prédio em regime de mutirão. Esta alternativa tem a vantagem de: evitar o êxodo rural das famílias em busca de escola, desenvolver o conhecimento sobre a realidade do campo e otimizar o trabalho agrícola a partir dos

conhecimentos adquiridos e construídos na escola.

- Desenvolver um programa de integração das Secretarias de Educação do Estado e do Município, visando ampliar o número de salas de aula para as séries finais do ensino fundamental.

Integrando Pré-Escola e Ensino de 1^o Grau:

- Ampliar a rede de escolas de Educação Infantil, de forma a proporcionar atendimento gradativo a todas as crianças de baixo nível sócio-econômico na faixa etária pré-escolar.
- Fornecer às escolas infantis materiais pedagógicos e mobiliários próprios à faixa etária atendida.
- Dotar as escolas infantis de professores e pedagogos qualificados e especializados nessa modalidade de ensino.
- Desenvolver uma política de atualização e de formação contínua desses profissionais.
- Promover encontros e proporcionar momentos de integração entre os profissionais da pré-escola e os professores das séries iniciais do 1^o grau.
- Proporcionar às crianças pré-escolares, atividades que, de forma lúdica e agradável, desenvolvam sua socialização e afetividade e contribuam para a construção de seus conhecimentos.
- Integrar as classes da faixa etária de 6 anos às classes de 1^a série, de forma a proporcionar-lhes uma experiência continuada de ensino-aprendizagem.



MELHORANDO AS CONDIÇÕES DE ENSINO

2

Se a primeira preocupação do dirigente municipal deve ser a de garantir a todas crianças em idade escolar o acesso ao ensino básico, o passo seguinte deve ser com a qualidade do ensino oferecido. Não basta levar as crianças à escola. É preciso oferecer-lhes um espaço adequado, onde se faça a aprendizagem de conhecimentos e habilidades essenciais à formação de cidadãos conscientes e preparados para participar e atuar na vida política, social e econômica de uma sociedade moderna e em constante transformação.

A qualidade do ensino proporcionada pela escola pode ser avaliada por sua capacidade de fazer as crianças serem bem sucedidas em sua formação escolar. Esse sucesso depende fundamentalmente do professor e do projeto pedagógico que ele desenvolve. É preciso considerar, no entanto, que a eficácia de qualquer projeto inicia-se pelo conhecimento do aluno e da realidade sócio-econômica da qual ele faz parte.

Assim, universalizar a educação básica e melhorar sua qualidade é uma maneira de reduzir as desigualdades, promovendo as condições necessárias para que todos possam ter oportunidade de adquirir padrões mínimos de aprendizagem. A estes desafios o dirigente municipal precisa responder com ações concretas que não implicam, necessariamente, ambiciosas reformas. Soluções simples bem planejadas, se adequadamente implantadas, podem alcançar resultados bastante satisfatórios.

O que fazer ?

Investindo no principal agente do ensino: o professor

- Oferecer condições de formação continuada, valorizando o papel do supervisor/assessor enquanto agente facilitador e dinamizador do processo de aprimoramento do trabalho do professor;
- Aproveitar o potencial dos professores mais experientes, estimulando-os e oferecendo-lhes condições para que possam apoiar e trocar experiência com seus pares;
- Viabilizar a supervisão e assessoria pedagógica das pequenas escolas rurais e/ou da periferia dotando-as de um supervisor/coordenador que se responsabiliza por um grupo de escolas e/ou de professores, orientando-os e assistindo-os na solução de seus problemas cotidianos, sendo também o intermediário da política educacional do município;
- Criar estratégias para que todos os professores, sejam eles de escolas da zona rural ou urbana, possam se beneficiar de todas as ações que visem seu aperfeiçoamento. Uma das possibilidades para proporcionar um trabalho coletivo aos professores de escolas da região rural e muito afastadas é reuni-los no dia do pagamento, quando obrigatoriamente eles deverão ir ao centro da cidade. Estes encontros, se previamente planejados, podem ser enriquecidos por:
 - estratégias de dinâmica em grupo visando a integração e a participação ativa de todos os profissionais da educação;
 - subsídios com sugestões de atividades para as várias disciplinas do currículo;
 - incentivo à troca de correspondência sobre problemas de ensino entre os professores novatos e os mais experientes e/ou entre professores e supervisores.
- Garantir a presença permanente de um supervisor/coordenador pedagógico nas escolas com maior número de classes é uma medida que pode favorecer o desenvolvimento de um projeto pedagógico coletivo, devidamente assessorado, acompanhado e avaliado. Esse profissional pode, ainda, ser o intermediário que vai viabilizar a implementação das diretrizes da política educacional do município, adequando-as à realidade da escola;
- Transformar a escola em um ambiente democrático de aprendizagem onde diretores e supervisores/coordenadores abandonam a função de fiscalizadores assumindo os papéis de facilitadores e assessores do professor e de seu projeto pedagógico. Nessa direção, a escola pode desenvolver um trabalho coletivo através de:
 - reuniões da equipe técnico-pedagógica com o Conselho de Escola para tratar de problemas

de interesse comum à escola e à comunidade;

- reuniões pedagógicas previamente cronogramadas, onde os professores com a assessoria e coordenação da equipe técnica possam ir construindo coletivamente o projeto pedagógico adequado à realidade da comunidade da qual a escola faz parte;
- reuniões sistemáticas entre os profissionais da escola, por afinidades de série e/ou disciplina para reflexão e troca de experiências quanto a conteúdos, metodologias e estratégias na busca de soluções para os problemas do ensino;
- aprendizagem; visando proporcionar a todos os alunos o sucesso na aquisição dos conhecimentos e habilidades básicas.
- Proporcionar condições para que todos os professores possam ter acesso a informações atualizadas sobre conhecimentos gerais e específicos de sua área de ensino, bem como aos materiais e equipamentos didático-pedagógicos que tornem o ensino mais significativo e atraente para o aluno.

Investindo no principal agente da aprendizagem: o aluno

- Estimular o compromisso dos profissionais que atuam na escola, com o ensino, a fim de que todas as

crianças possam adquirir os conhecimentos necessários para compreender e participar do mundo em que vivem;

- Oferecer ao aluno a partir de sua realidade sócio-cultural e econômica um ensino que lhe garanta a apropriação dos conteúdos mínimos, de modo a assegurar-lhe uma formação básica em nível nacional (leitura, escrita, cálculo, solução de problemas e conhecimentos de História, Geografia e Ciências);
- Enriquecer o currículo básico da escola com conhecimentos que ampliem a compreensão dos alunos sobre sua realidade cultural, econômica e política, de forma a possibilitar-lhes a participação efetiva na construção de uma sociedade mais justa, solidária e democrática;
- Buscar uma metodologia que tenha como ponto de partida a realidade dos professores e dos alunos, relacionando o cotidiano das crianças a contextos mais amplos, tanto em termos espaciais como temporais, bem como o saber vulgar ao saber sistematizado, de modo a integrar e contextualizar os diversos componentes curriculares do Ensino de 1º Grau. Esta metodologia pode se desenvolver tendo por eixo uma disciplina ou um tema de interesse dos alunos;
- Desenvolver estratégias de ensino que favoreçam a participação ativa do aluno na construção de seu

conhecimento, através da cooperação, do diálogo, do debate, e da crítica, numa interação mais ampla com o professor;

- Proporcionar situações que possibilitem o engajamento das crianças em grupos diversificados, de modo que elas possam auxiliar-se mutuamente e reforçar a aprendizagem uns dos outros, construindo assim o espírito de cooperação e de responsabilidade mútua pela aprendizagem.

Propiciando condições adequadas de aprendizagem:

- Alongar o tempo de permanência da criança na escola, por meio do aumento do número de dias letivos ou da ampliação da carga horária diária, de modo a favorecer a aquisição de conhecimentos e diminuir os índices de evasão e reprovação;
- Redefinir os critérios de avaliação num novo projeto de educação, a fim de que esta deixe de ser um mecanismo de seletividade e exclusão, para se tornar o diagnóstico que possibilite ao professor refletir sobre o processo ensino-aprendizagem e adotar as medidas adequadas de modo a favorecer o progresso individual de cada aluno e da classe como um todo;
 - respeitar os diferentes ritmos de aprendizagem, garantindo aos alunos que apresentem maiores dificuldades períodos de reforço ou recuperação contínua, seja no próprio horário escolar ou em

outros especialmente destinados a este fim;

- Adotar medidas gerais de política educacional que possibilitem a flexibilização da organização do ensino fundamental, de modo a proporcionar alternativas que eliminem a rigidez das séries e da formação das turmas de alunos, e levem em consideração o conhecimento acumulado evitando assim, a repetência e a evasão. Várias opções podem ser adotadas:

- organizar as classes em turmas heterogêneas, evitando rótulos, "fracos", "fortes", "repetentes", "novos" etc. O professor deve estar preparado para tirar o maior proveito dessa organização, incentivando a participação ativa dos alunos e estimulando os que sabem mais a ajudar os colegas com mais dificuldades;
- eliminar a reprovação entre as séries iniciais (1^a e 2^a séries ou 1^a, 2^a e 3^a séries), de modo que o aluno possa dispor de mais tempo para construir os conhecimentos necessários à sua educação básica;
- ampliar a oferta de classes de pré-escola para crianças de 6 anos de idade, integrando-as pedagogicamente às duas séries iniciais do ensino de 1^o Grau, formando assim, um bloco contínuo e único que assegura ao aluno o tempo necessário para superar suas dificuldades, de acordo com seu ritmo de aprendizagem;
- organizar o ensino dos conteúdos

curriculares, distribuindo-os em módulos ao longo do curso, de forma a oferecer o tempo necessário para que os alunos ultrapassem as dificuldades e incorporem os conhecimentos. A promoção ocorre ao final de cada etapa ou módulo vencido, independente da época do ano. Essa alternativa permite ao aluno ingressar na escola a qualquer momento.

Enriquecendo os espaços de ensino-aprendizagem na escola:

- Criar estratégias diversificadas e adequadas à realidade local, de forma a proporcionar a todas as crianças o acesso e uso de material pedagógico e de recursos didáticos e áudio-visuais que possam estimular a aprendizagem e tornar o conhecimento mais significativo:
 - fazer uso de livros didáticos e de literatura, além de outros materiais de leitura (jornais, revistas, cartazes etc), que poderão estar organizados na própria sala de aula ou em outro espaço da escola, constituindo-se em uma sala de leitura ou biblioteca;
 - otimizar os recursos existentes, criando espaços que possam vir a se constituir em salas-laboratório destinadas às atividades de estudo, de observação, experiência, etc;
 - enriquecer as aulas de Língua Portuguesa, Matemática, Estudos Sociais e Ciências, fazendo uso de material pedagógico (livros, mapas, blocos lógicos, jogos

pedagógicos etc) que poderão ser adquiridos, quando houver recursos, ou confeccionados pelos professores e alunos;

- incentivar e orientar os alunos a coletar e reunir sucata ou material existente na região (pedras, conchas, animais, vegetais etc). que podem ser classificados e organizados, criando-se assim um pequeno museu ou laboratório.

Criando espaços alternativos na comunidade para o enriquecimento da aprendizagem:

- Criar ou implementar bibliotecas em locais de fácil acesso, transformando-as em pólo de atração para as crianças, que poderão ali realizar atividades de leitura recreativa ou de pesquisa sob a orientação do professor ou de outro profissional. Outras atividades culturais também poderão ser desenvolvidas nesse espaço, tais como: dramatizações, teatro, hora do conto etc;
- Organizar uma biblioteca em um meio de transporte (ônibus, peruas, caminhonetes etc), que poderá circular pelas diversas regiões do município, de forma a atender as escolas e a própria comunidade;
- Aproveitar espaços desocupados disponíveis na comunidade, reunindo ali materiais e equipamentos, de forma a transformá-los em centros culturais reunindo teatro, biblioteca, sala de exposições, sala de música e outros.



MELHORANDO AS CONDIÇÕES DA ESCOLA

3

A valorização da escola como instrumento de apropriação do saber é o melhor serviço que se presta aos interesses populares já que a própria escola pode contribuir para eliminar a seletividade social... (Libâneo). Para a maioria das crianças brasileiras, a escola representa o único espaço possível de acesso aos conhecimentos universais e sistematizados, necessários ao desenvolvimento de sua identidade social e cultural. Enfim, é na escola que o aluno tem a oportunidade de apropriar-se dos instrumentos que lhe permitem participação crítica e ativa na sociedade, fundamentais para o exercício pleno de sua cidadania.

O espaço escolar, quer seja um prédio planejado e edificado, especialmente com essa finalidade, quer seja um local alternativo e emergencial para abrigar uma escola, deve ter um aspecto agradável e um ambiente estimulador.

Valorizar a escola, significa também, dotar alunos e professores de recursos pedagógicos essenciais como livros e cadernos, e de materiais que possibilitem a produção de outros materiais pedagógicos como: tintas, cartolinas, papéis, stencil, mimeógrafos, xerox, etc...

É importante lembrar ainda que o uso de materiais didáticos diversificados: mapas, cartazes, livros de literatura, revistas, jogos pedagógicos, vídeos, retroprojetores tornam a escola mais atraente e o ensino mais significativo.

O que fazer ?

Dotando as escolas de recursos pedagógicos:

- Criar um programa que possibilite a municipalidade, de acordo com os recursos financeiros disponíveis, ir gradativamente dotando suas escolas com os materiais pedagógicos e recursos didáticos diversificados necessários à qualidade de ensino:

- equipar as escolas com materiais permanentes como: mimeógrafos, ventiladores, estantes para biblioteca, aparelhos de som, T. V, vídeo, retroprojetores, etc;

- criar ou implementar bibliotecas escolares ou salas de leitura com livros, jornais, revistas, acervo de fitas de vídeo, etc. A comunidade e os alunos podem ser estimulados a colaborar com o enriquecimento desse acervo através de campanhas, gincanas etc;

- dotar as unidades escolares de recursos tecnológicos de informática e áudio-visuais criando um laboratório ou oficina de trabalho, onde os professores e alunos possam aprender a tirar deles o melhor proveito para suas aulas.

Fazendo da escola um lugar aberto, alegre e agradável:

- Desenvolver junto à população local e entre os agentes dire-

tamente envolvidos com a escola (alunos, professores, funcionários, pais) a consciência de que a escola é propriedade da população e de que conservá-la e mantê-la deve ser preocupação de todos.

- Abrir a escola à comunidade que poderá utilizá-la nos períodos em que não há aula para encontros, festas, jogos, etc;

- Construir ou reformar escolas observando um padrão que garanta os espaços essenciais ao desenvolvimento de um projeto educacional que favoreça as interações entre os alunos e entre os professores bem como de alunos e professores entre si, proporcionando:

- salas de aulas espaçosas, bem iluminadas e ventiladas;

- espaços que possam ter usos variados: projeção de filmes, dramatizações, refeitório, palco de atividades que envolvem toda a escola, etc;

- ambientes que favoreçam o funcionamento de laboratórios e atividades de arte, de música, de esporte, teatro, etc.

- Dotar as salas de aula de mobiliário que facilitem seu arranjo para trabalhos em pequenos grupos,

grupos maiores, bem como de trabalho individual.

- Organizar nas salas de aula "cantos" ou "ateliês" com viveiros de plantas, pequenos animais e insetos; materiais de leitura; materiais de sucata, pintura, desenho onde os alunos possam realizar individualmente ou em pequenos grupos, experiências, atividades de observação e de pesquisa bem como de imaginação e criação.

Possibilitando iguais condições de trabalho a todos os alunos:

- Garantir a todos os alunos o material pedagógico mínimo necessário a sua participação no processo de ensino-aprendizagem: lápis, caderno, borracha, livros, e no caso das escolas rurais, os instrumentos agrícolas. Os professores poderão dar um caráter pedagógico à distribuição do material estabelecendo com as classes, as regras para seu uso.

- Fornecer às crianças, na medida dos recursos financeiros disponíveis, jogos pedagógicos, "kits" de ensino e material esportivo (bola, corda, arco, etc), para uso coletivo em atividades dirigidas ou de livre escolha.

Desenvolvendo políticas complementares:

- Garantir o deslocamento das crianças e dos professores, principalmente da zona rural e periférica, para a escola através de transporte municipal ou do fornecimento do vale ou passe escolar gratuito; vale-transporte, passe escolar, etc.
- Viabilizar o atendimento médico, psicológico e odontológico bem como de alimentação dos alunos através dos órgãos municipais responsáveis pela prestação desses serviços ou pela concretização de convênios nos âmbitos federal e estadual, com as instituições responsáveis pelo repasse de recursos.



VALORIZANDO O PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO

4

Novos projetos pedagógicos...Melhoria da qualidade de ensino... Democratização do acesso... Permanência do aluno... Reversão dos perversos índices de reprovação...

Estas são medidas que dependem obrigatoriamente da mediação do professor. E ele, portanto, a chave do sucesso da implementação de qualquer política educacional.

Contudo, para exercer o seu papel com competência é fundamental que o professor domine os conteúdos com os quais trabalha. Mas isso não basta! É necessário que ele também domine as formas de transmissão desses conhecimentos, e principalmente que seja capaz de relacionar a experiência de vida dos alunos ao conhecimento universal sistematizado, despertando neles outras necessidades de aprendizagem e que seja ainda capaz de estimulá-los a participar ativamente do processo de ensino, preparando-os assim para o pleno exercício da cidadania.

Assim, é fundamental que o Poder Público valorize e apoie o professor proporcionando-lhe condições de profissionalização através de plano de carreira e piso salarial digno, bem como através de uma política de formação em serviço para que ele tenha condições de realizar plenamente o trabalho que dele se espera!

O que fazer ?

• **PLANO DE CARREIRA E/OU ESTATUTO DO MAGISTÉRIO**

Os municípios que buscaram reverter o círculo vicioso da repetência, evasão, má qualidade do ensino e desperdício dos recursos públicos destinados à educação, tiveram em comum a preocupação com a valorização do magistério. Vontade e decisão política foram fundamentais para fazer valer alguns princípios já reconhecidos pela sociedade e consagradas na atual Constituição Federal, Estadual e Lei Orgânica dos Municípios, dentre eles: planos de carreira; piso salarial profissional digno; e concurso público de provas e títulos para o ingresso na carreira do magistério.

Criando um Plano de Carreira ou Estatuto do Magistério:

- Para organizar ou reorganizar o quadro do magistério municipal é preciso antes de tudo fazer um bom diagnóstico, avaliando a situação concreta do município. Quais os recursos humanos já existentes? Como compatibilizar os recursos humanos disponíveis com as necessidades educacionais do município? Que montante de recursos financeiros poderá ser destinado ao pessoal do magistério? Onde estão os professores: na sala de aula ou em desvio de função realizando trabalhos burocráticos? Que medidas legais são necessárias para regulamentar a situação profissional do magistério?
- É possível melhorar substancialmente os salários dos educadores sem aumentar o montante da folha de pagamento fazendo um levanta-

mento para verificar a existência ou não de profissionais alocados fora de sua função. A racionalização dos recursos humanos existentes, devolvendo os professores às salas de aula e/ou remanejando o pessoal e evitando manter os excedentes, pode contribuir para universalizar o acesso de todos à escola, com uma possível diminuição do número de professores.

- Na organização do plano de carreira do magistério é recomendável:
 - definir com clareza os cargos e funções que integram a carreira do magistério. Especificar a formação e qualificação necessárias ao desempenho de cada um deles;
 - estabelecer critérios para viabilizar periodicamente concursos públicos de provas e títulos, garantindo o ingresso de profissionais habilitados;

- especificar a jornada de trabalho diário e semanal, os critérios para remoção, férias bem como os demais direitos e deveres do funcionário;
- definir os cargos da carreira que podem ser preenchidos por pessoal habilitado, pertencente ou não ao quadro do magistério municipal, bem como os critérios a serem utilizados: concurso público de ingresso ou acesso, por provas e títulos, eleição, etc.
- estabelecer o quadro de vencimentos com avanços verticais e horizontais, que permitam a progressão funcional em termos salariais. Para tanto podem ser considerados os seguintes aspectos: tempo de serviço, grau de habilitação ou qualificação, cursos de aperfeiçoamento, especialização, avaliação de desempenho, etc. Esta avaliação de desempenho pode estar diretamente relacionada ao grau de aproveitamento escolar dos alunos.

• FORMAÇÃO EM SERVIÇO

Um professor que acredita no que faz e se empenha em se aperfeiçoar, trabalha com segurança, interessado, preocupado com os resultados de seu trabalho, envolvido no relacionamento com alunos, colegas e com a comunidade em que atua. Esse professor reúne as condições para ser capaz de cumprir bem sua função de educador.

Para que tenha esse perfil, é indispensável que ele conte com apoio técnico, orientação e supervisão, que possa reciclar-se e manter-se atualizado.

Ao refletir sobre essas necessidades, algumas prefeituras têm se preocupado em desenvolver em seus municípios um verdadeiro processo de formação em serviço permanente, sistemático e organizado a partir das características e peculiaridades de seus professores, visando a melhoria da qualidade do ensino.

Desencadeando o processo de formação em serviço:

Realizar um diagnóstico das características e das necessidades do

quadro de magistério tendo por objetivo a melhoria da prática docente e conseqüentemente do ensino oferecido.

- Elaborar um programa de formação em serviço que priorize e atenda aos diferentes aspectos e necessidades do exercício profissional do magistério ou seja, propiciar a qualificação/habilitação visando a regularização e progressão funcional na carreira bem como a capacitação, atualização ou formação continuada, visando a melhoria do desempenho profissional do professor.

- Viabilizar os programas de formação em serviço através da criação de mecanismos que possibilitem e estimulem a participação dos educadores:

- oferecer bolsas de estudos;
- facilitar os meios de transporte (passe escolar, vale-transporte, auxílio financeiro);
- considerar a participação em programas de formação para fins de progressão na carreira.

- Proporcionar horas de trabalho remunerado para garantir momentos de trabalho coletivo na própria escola ou em núcleos que reúnam várias escolas.

- Garantir no calendário ou plano escolar momentos de reunião para estudo, reflexão, troca de experiências, planejamento etc.

- Viabilizar assessoria e apoio pedagógico constante e permanente em nível local e regional.

- Buscar estratégias que permi-

tam ao órgão municipal de educação desenvolver um programa adequado de formação em serviço utilizando-se de:

- seu próprio pessoal técnico;
- cooperação técnica com órgãos de educação federal ou estadual;
- parceria com universidades ou outras instituições públicas e privadas.

Proporcionando a qualificação funcional aos professores leigos:

- Criar condições para que os professores leigos possam regularizar sua situação funcional adquirindo assim os mesmos direitos de seus colegas habilitados, através de:

- subsídio de transporte e/ou bolsas de estudo que possibilitem o acesso ao curso de magistério no próprio município ou em municípios vizinhos;

- consórcio entre municípios para criação de curso de magistério de nível médio;

- convênios com instituições governamentais e/ou universidades para viabilizar cursos à distância. Podem ser utilizados fascículos de estudo dirigido combinados com programas de rádio e/ou TV, períodos de frequência obrigatória e exame final para expedição de diploma reconhe-

cido pelo Conselho de Educação Federal ou Estadual.

J Possibilitando uma formação permanente, sistemática e organizada:

- Criar um programa de formação continuada que possibilite ao professor reunir-se regularmente com seus colegas de modo que ele possa discutir os problemas de sua prática docente, estudar e refletir sobre as questões de ensino, buscando soluções que levem os alunos a aprenderem mais e melhor. Este programa poderá se desenvolver:

- na própria escola em horários previamente estabelecidos, destinado apenas à equipe escolar organizada sob diferentes critérios: série, área de estudo, temas etc. com a coordenação e assessoria de um supervisor ou de um professor com experiência e qualificação reconhecida pelos seus pares;

- em núcleos locais reunindo as equipes pedagógicas de duas ou mais escolas próximas que apresentem características e necessidades comuns, sob a coordenação de um supervisor/assessor;

em núcleos regionais ou nas chamadas oficinas pedagógicas onde os professores da região poderão se reunir em grupos por série, disciplina ou tema sob a orientação de um especialista ou de um assessor pedagógico e ter acesso a recursos áudio-visuais,

materiais didáticos, pedagógicos, assim como a possibilidade de empréstimo e produção de material didático. Esses núcleos podem funcionar no órgão local de ensino, quando este existir ou em salas ociosas, de escolas, em espaços cedidos pela municipalidade, pela comunidade ou pela iniciativa privada local.

Este pode ser um local privilegiado onde os professores estarão com seus pares refletindo e discutindo suas dificuldades e buscando soluções para os problemas do cotidiano escolar. Poderá ser também o espaço destinado à formação continuada do professor, onde cursos, palestras e encontros ocorrem sistematicamente ao longo do ano.

Para implantar uma oficina pedagógica, ou laboratório de ensino é necessário:

- 1 - Organizar uma equipe constituída, por exemplo de: professores especialistas de área, supervisores/coordenadores, docentes com experiência reconhecida em alfabetização e em outros assuntos de interesse e necessidade do ensino de forma a garantir seu funcionamento. Essa equipe poderá ser recrutada dentro do próprio quadro do magistério local e seus elementos podem ser permanentes ou temporários, de acordo com as necessidades.

- 2 - Dotar o local com os recursos físicos e didático-pedagógicos mínimos necessários ao seu

funcionamento e ir enriquecendo gradativamente, na medida dos recursos disponíveis, e/ou com aqueles obtidos através das parcerias e alianças.

3 - Facilitar o acesso dos professores a esses núcleos adotando medidas que o viabilizem, como por exemplo, transporte gratuito.

- em um órgão central especialmente destinado à capa-

citação e aperfeiçoamento do magistério municipal. Este espaço poderá proporcionar orientação e apoio de especialistas aos professores, programar reuniões, encontros, seminários e eventos reunindo os profissionais do ensino sob vários critérios. Poderá também oferecer material de apoio técnico e bibliografia de consulta, bem como coordenar os trabalhos dos núcleos regionais.

ESTRUTURA DE APOIO INSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO

A formação permanente dos educadores pode ser considerada hoje condição essencial para se alcançar a democratização de um ensino de qual idade para todos. Independente das características sócio-econômicas, educacionais e demográficas de um município, é preciso pensar em uma organização institucional que garanta o desenvolvimento e a continuidade de ações voltadas à formação do pessoal do magistério. Para desencadear esse processo, alguns municípios poderão precisar de estratégias capazes de viabilizar institucionalmente o apoio e a assessoria técnico-pedagógica necessária para o planejamento, acompanhamento e avaliação de todas as ações. Isso não significa obrigatoriamente ampliar a máquina administrativa do órgão de educação. Ao contrário, a Prefeitura pode fazer uso de seus direitos buscando a cooperação técnica e financeira junto à União e/ou Estado. Paralelamente, para viabilizar o acesso de todos aos conhecimentos universais e às novas tecnologias é preciso ampliar a colaboração existente com a incorporação de novas parcerias, sejam elas locais, estaduais, federais ou até mesmo de Organizações Não Governamentais - ONG. Essas parcerias podem contribuir com recursos humanos, físicos e financeiros.

Fazendo um diagnóstico dos recursos humanos do município:

- Considerar os recursos humanos que possuem habilidades, conhecimentos e experiências suficientes

para integrar uma equipe de assessoria técnico-pedagógica para o desenvolvimento dos programas de capacitação.

- Verificar quantas e quais escolas possuem equipes técnico-

pedagógicas com condições de desenvolver um programa de formação em serviço de modo a atender as necessidades de suas próprias unidades escolares, assim como das escolas da localidade e/ou da região nos encontros locais, nas oficinas ou laboratórios de ensino, e também a nível do órgão central de educação.

J Conhecendo melhor as características dos recursos físicos e materiais do município:

- Verificar a localização e a concentração das escolas (zona rural e zona urbana).
- Avaliar os espaços físicos disponíveis para reuniões em níveis local e regional.
- Verificar com quais recursos materiais o município pode contar (bibliotecas, acervo de referências, rádio, TV, jornal, equipamentos audiovisuais e de informática, etc).
- Considerar a cooperação com as universidades locais e regionais, e com outras instituições governamentais e não governamentais na implementação do programa de formação.

Criando estratégias para viabilizar a formação e o aperfeiçoamento dos recursos humanos do ensino:

- Procurar dar continuidade aos programas de formação e de capacitação em serviço anteriormente iniciados.

- Planejar atendimento pedagógico permanente na própria escola através de ações que considerem as especificidades de cada unidade:

1 - Em escolas com classes multisseriadas ou com pequeno número de professores, o acompanhamento, a orientação pedagógica e troca de experiências podem ser realizadas, com a colaboração de professores mais experientes. Este plano pode prever ações, envolvendo apenas a própria escola ou reunir profissionais das circunvizinhanças.

- paralelamente podem ocorrer visitas periódicas do supervisor/assessor. Durante essas visitas é interessante que o supervisor do órgão central atue, principalmente, como observador, embora possa eventualmente, participar ou até mesmo assumir a orientação dos trabalhos. Ao final do dia letivo, ou durante o intervalo do recreio, ele poderá reunir-se com a professora e fornecer-lhe sugestões e subsídios;

- fora do horário escolar, podem ser organizados nessas escolas grupos de estudos para os professores interessados nos cursos de ensino à distância. O aproveitamento será maior, se o grupo de professores puder contar com o acompanhamento e orientação de um coordenador ou supervisor. Esses cursos, geralmente são difundidos por rádio ou tevê, com apoio de

material escrito sob a forma de jornais ou fascículos.

2 - Em escolas que contam com um grupo de professores e direção e/ou com uma equipe técnica, as alternativas podem ser mais abrangentes, para refletir o projeto pedagógico da própria escola, ou aqueles decorrentes das diretrizes da política educacional:

- organizar grupos de formação coordenados pela direção ou supervisão da própria escola e quando necessário com assessoramento de representante do órgão central ou regional, para estudos de temas diversificados, de acordo com as necessidades gerais da escola e interesses específicos de cada um;
- criar espaços dentro da escola, onde podem ser reunidos diferentes tipos de materiais de aprendizagem, e recursos de apoio ao trabalho do professor: livros, revistas, jornais, material audio-visual e outros que possam contribuir para a atualização e enriquecimento dos seus conhecimentos.

Ampliando a abrangência de ações para formação permanente dos professores:

O órgão municipal de educação que tem um projeto político-pedagógico para todo o conjunto da população

não pode prescindir de implementar ações voltadas para a formação do professor, que garantam a unidade do sistema e as prioridades estabelecidas. Várias atividades podem compor este projeto, respeitando as características de cada município:

- Reuniões periódicas dos técnicos do órgão central ou regional com os responsáveis por grupos de formação para avaliar e replanear as ações ou buscar novos apoios.
- Encontros periódicos entre assessores/supervisores para possibilitar a troca de experiências, desenvolver ou planejar material didático a ser fornecido ou sugerido aos professores. A elaboração de roteiros de supervisão pode ser útil para ajudá-los a observar e orientar suas atividades em sala de aula.
- Reuniões periódicas do supervisor/assessor com seus professores para discutir os problemas e dificuldades observadas nas visitas. Esses contatos também podem ser úteis, para introduzir novos conhecimentos sobre o ensino-aprendizagem bem como para acompanhar o desenvolvimento de um projeto pedagógico.
- No caso dos professores de escola rural, o supervisor pode aproveitar o dia de pagamento, quando obrigatoriamente todos vão a cidade para organizar os encontros. É interessante planejá-los previamente

esses momentos de modo a proporcionar aos professores:

- oportunidade de trabalho coletivo para reflexão e trocas de experiências;
- subsídios para orientar sua prática cotidiana;
- estudos de novas metodologias de ensino;
- orientação técnica e recursos didáticos de apoio e instrumentalização do trabalho pedagógico.

Diversificando ações de formação permanente:

- Cursos e oficinas de trabalho podem ser organizados por especialistas da própria rede municipal e abranger um amplo leque de assuntos, de modo a atender aos interesses dos educadores, por exemplo: Leitura e Escrita, Matemática, Ciências, Estudos Sociais, etc.

- Boletins, folhetos, jornais e outros tipos de publicação podem ser produzidos pelas oficinas ou pelo órgão central de educação, para divulgar novas idéias, experiências bem sucedidas e novos projetos pedagógicos.

- Biblioteca, laboratório, acervo de fitas e outros recursos pedagógicos auxiliares, podem ser organizados em locais regionais ou centrais, bem como em oficinas pedagógicas para circulação e empréstimo entre os professores das várias escolas.

- Encontros, seminários, congressos e outros eventos, podem ser proporcionados aos profissionais de educação e demais representantes da sociedade. Estes momentos podem propiciar a discussão de problemas da educação e a troca de experiências, favorecendo o surgimento de alianças e estimulando o compromisso dos professores com o seu aprimoramento profissional.



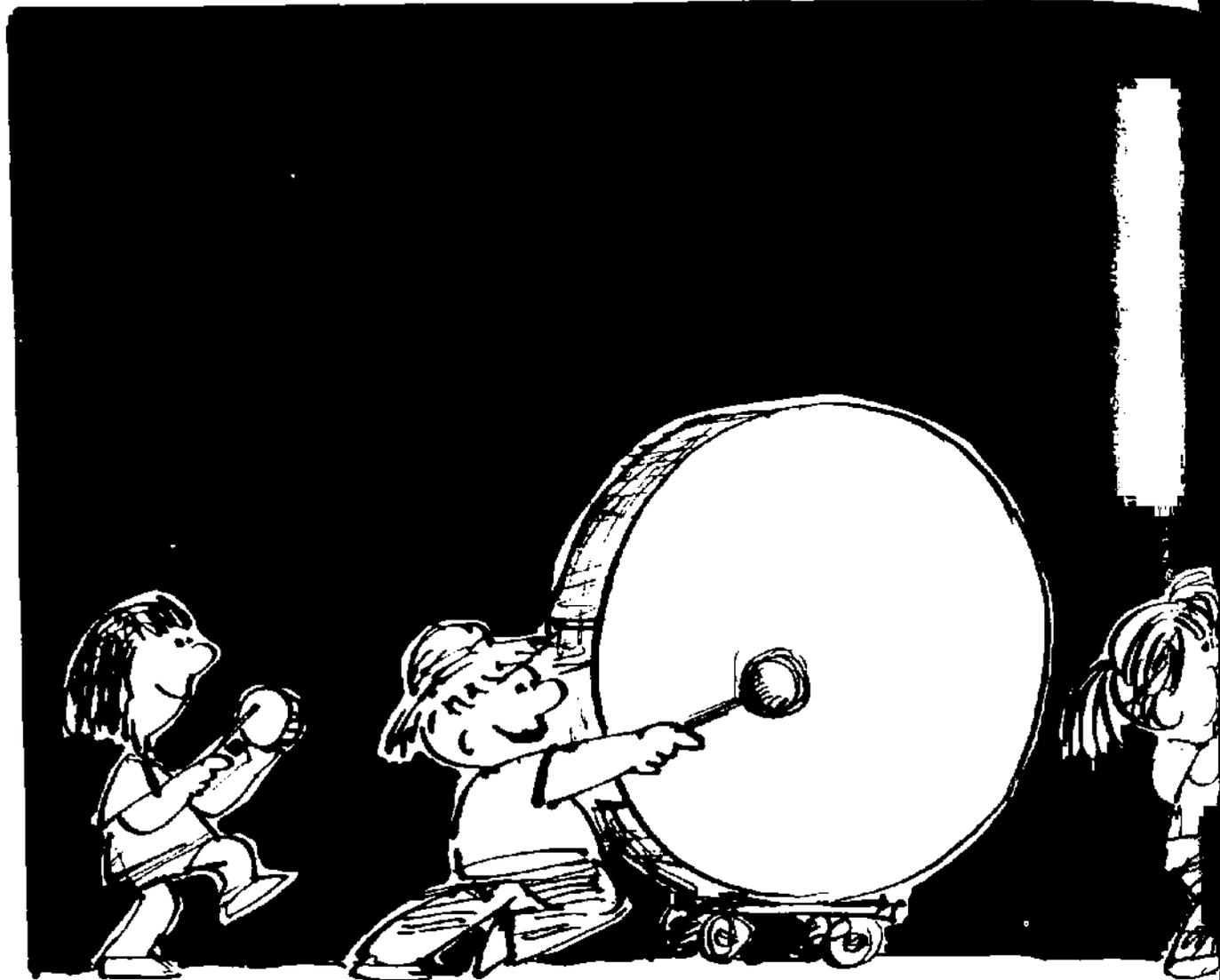
OFERECENDO OPORTUNIDADES EDUCACIONAIS PARA TODOS

5

Uma política social que prioriza a educação reflete-se em todas as esferas da vida da comunidade. A educação contribui para valorizar e intensificar a solidariedade entre cidadãos, abre novos horizontes no campo da saúde, do trabalho, do lazer, do esporte, da cultura e da economia em geral. Melhorar a qualidade de vida da população não significa apenas garantir a ela a escolaridade formal. Necessário se faz adotar um leque de medidas que promovam o resgate da história e da cultura do município bem como utilizar estratégias que possibilitem aos jovens e adultos da comunidade a aquisição dos conhecimentos e habilidades que lhes garantam uma participação mais ativa na sociedade e o pleno exercício de sua cidadania.

No entanto, na maior parte das vezes, os recursos são escassos e é indispensável agir com criatividade, estabelecendo parcerias e alianças para gerar novas fontes. Nem sempre é necessário dispendir muitos esforços para alcançar os resultados esperados. Com frequência, estratégias simples mostram-se extremamente funcionais, soluções aparentemente óbvias abrem caminhos insuspeitos.

O que fazer ?



Resgatando o respeito à arte, à cultura e à história do município:

- Desenvolver uma política de educação ambiental envolvendo a escola e a comunidade na preservação e no respeito ao meio ambiente.
- Estabelecer, em convênios com as Secretarias de Esportes e de Cultura e/ou com Instituições Não

Governamentais (ONGs), projetos que visem o resgate da arte e da cultura popular através de:

- estratégias que possibilitem a identificação dos artistas locais: músicos, poetas, artesãos, etc, visando a criação de núcleos culturais;
- estímulo à formação de oficinas ou escolinhas de teatro, dança,



canto, marcenaria, cerâmica, etc, onde crianças e adolescentes possam inscrever-se para realizar atividades de pesquisa junto aos artistas e à comunidade a fim de reconstruir a história, o folclore, e o artesanato local bem como, desenvolver suas próprias criações sob a supervisão de um artista-oficineiro;

- incentivo à participação das

crianças e jovens nos projetos culturais através da concessão de bolsas de auxílio financeiro.

- **Adotando uma política educacional que possibilite ao jovem integrar-se de forma produtiva na sua comunidade:**

- Desenvolver em cooperação com as demais Secretarias do Mu-

nicípio, do Estado, com Instituições Não Governamentais e com a comunidade, projetos voltados para o atendimento integral e a profissionalização do adolescente proporcionando-lhe também bolsa de auxílio financeiro. Entre as atividades que podem ser desenvolvidas, tendo em vista inserção do adolescente no mercado de trabalho, destacam-se a organização de oficinas e cursos que atendam às características de cada comunidade.

Assim por exemplo:

1 - na zona rural tais cursos podem possibilitar a aquisição dos conhecimentos técnicos e habilidades necessárias para o trabalho com a agricultura, com a apicultura, a criação de animais, etc;

2 - na zona urbana esses cursos podem destinar-se a transmitir habilidades e conhecimentos de: datilografia, mecânica, marcenaria, habilidades domésticas como bordado, corte e costura ou ainda aquelas necessárias ao exercício de atividades não convencionais como gari, jardineiros, babá, guarda-mirim, etc.

- Planejar as atividades profissionalizantes de maneira integrada ao ensino formal estabelecendo, como condição para a inscrição nas oficinas de trabalho, matrícula e frequência regular na escola.

- Coordenar e supervisionar o funcionamento das oficinas de

trabalho através de órgão central ou local de Educação.

- Contratar profissionais e técnicos para ministrar os cursos e coordenar as oficinas.

- Administrar os projetos organizando estratégias de comercialização dos produtos obtidos nas oficinas e cursos de forma a viabilizar sua auto-sustentação.

Oferecendo oportunidades de continuidade de educação básica a todos:

- Realizar censo escolar para identificar os adolescentes e adultos não alfabetizados no município através de :

- entrevistas domiciliares;

- pesquisas no cartório eleitoral e junto às lideranças comunitárias.

- Convocar os alunos através dos órgãos de comunicação locais:

- carros de som;

- cartazes afixados nos locais de reunião da comunidade: igreja, sindicatos, etc;

- espetáculos teatrais que reproduzam de forma bem humorada situações de aprendizagem ao

alcance do adulto;

- emissoras de rádio locais;
- Mapear, a partir da pesquisa e da convocação, os locais com maior número de interessados.
- Criar salas de aula nos locais indicados pelo mapeamento utilizando os espaços disponíveis, quer nas salas ociosas das escolas no período noturno, quer em espaços provisórios adaptados: igrejas, salão paroquial, salas cedidas pelos moradores da comunidade, etc.
- Equipar as salas de alfabetização com o material didático mínimo necessário aos professores e alunos: giz, lousa, carteiras, cadernos, lápis, textos para leituras. Complementado-o e enriquecendo-o na medida dos recursos disponíveis.
- Organizar as classes com um número de alunos adequado ao desenvolvimento de um trabalho pedagógico que possibilite um atendimento individualizado.
- Recrutar profissionais habilitados para o trabalho de ensino de leitura e escrita. Na sua ausência, os alunos do curso de magistério podem assumir esse papel desde que recebem treinamento e assessoria pedagógica permanentes.
- Planejar o trabalho de ensino da leitura-escrita a partir da realidade do aluno adulto e de seus interesses, utilizando portanto, palavras e textos que lhe sejam significativos.
- Assegurar através do órgão central ou local de educação os princípios básicos da educação de adultos, bem como assessoria pedagógica e supervisão e formação continuada aos profissionais deste ensino.
- Organizar o curso em módulos ou blocos correspondentes às séries do ensino básico, possibilitando aos alunos percorrermos de acordo com seu ritmo próprio de aprendizagem. A promoção ocorre ao final de cada módulo ou bloco vencido, independente da época do ano.



FORTALECENDO PARCERIAS E PROMOVENDO ALIANÇAS

6

Comprometer-se com a educação é um dever de todos. Juntos e em estreita colaboração - o governo federal, estadual e municipal, a família e a sociedade - devem incentivar e promover as condições necessárias para que o direito à educação, reconhecido e ratificado na atual constituição não se torne letra morta.

Viabilizar um plano de desenvolvimento educacional, articulado entre as três instâncias do poder executivo, pode contribuir para minimizar as desigualdades sócio-econômicas e educacionais entre as diferentes regiões do país. Pode ser, ainda, um caminho para otimizar os recursos existentes, evitando a duplicidade de ações e o inchamento da máquina administrativa, responsáveis pela má administração e desperdício das já escassas verbas destinadas à educação.

Há hoje um consenso quase geral de que os problemas de educação devam ser enfrentados como uma das grandes prioridades nacionais. As desigualdades de oportunidades educacionais e a má qualidade de ensino já não afetam apenas as crianças, os jovens e as famílias das classes populares. Afetam a própria nação brasileira como um todo, que vê ameaçada a sua possibilidade de investir e produzir novas tecnologias e, assim, promover o seu desenvolvimento científico, econômico e social. Tais fatos vêm demonstrando de forma clara e contundente, que uma

grande parcela da população não tem acesso a educação formal.

Essa é uma dívida que precisa urgentemente ser resgatada. E isso não se faz com discursos e promessas vazias. E sim com vontade, determinação política e o compromisso de governantes e de toda sociedade civil.

O Brasil precisa e pode resgatar essa dívida!

O governo municipal, mais próximo e mais sensível às necessidades

O que fazer ?

Desenvolvendo um contexto político favorável à educação:

- Criar estratégias que favoreçam o desenvolvimento de um ambiente cultural no município, despertando o interesse e o compromisso de todos com a escola. Várias alternativas podem ser utilizadas, a partir das características de cada município:

- transformar praças, ruas, jardins etc, uma vez por semana, em uma feira educativa, onde, crianças, jovens e adultos, independente do grau de escolaridade, possam encontrar atividades e estímulos culturais;

- implementar projetos, que possam resgatar e valorizar a cultura popular, possibilitando a

livre manifestação artística das crianças, dos jovens e adultos - alunos ou não - na própria escola, como em clubes ou centros culturais da comunidade.

- Institucionalizar mecanismos, que possibilitem a participação e o controle efetivo por parte da população usuária, na definição das prioridades e prestação dos serviços educacionais. Uma real participação pode promover a compreensão, a aceitação e o comprometimento com a política educacional adotada, contribuindo para a sua continuidade, independente de mudanças que possam ocorrer na política local. Estes mecanismos podem se concretizar por meio de diversas alternativas:

- reuniões ou assembléias populares com a participação de representantes do magistério e da

educacionais de sua população, pode e deve assumir para si essa tarefa, investindo mais e melhor na oferta do ensino fundamental. Porém, o município não é o único responsável e não pode prescindir do apoio e cooperação técnica e financeira das demais esferas político-administrativas. É preciso, ainda, obter o apoio de organizações não governamentais, ampliando cada vez mais a ação municipal com a conquista de novas parcerias e alianças.

O Prefeito Municipal pode e deve assumir a liderança desse processo!

comunidade, a fim de que, numa direção de dupla mão com a prefeitura, esses encontros possam vir a se transformar em canais de interação e comunicação;

- criação de conselhos de educação em âmbito municipal ou local, cujos membros devem ser representativos dos vários segmentos organizados da sociedade civil: associações de moradores, de instituições religiosas e/ou beneficentes, sindicatos, lideranças políticas, empresariais, estudantis e, em especial, dos profissionais da educação;

- criação de colegiado ou conselho de escola, constituído por representantes da direção, docentes, funcionários, pais, alunos e comunidade, eleitos para exercerem funções consultivas e

deliberativas, previstas em estatutos e que ajudem o processo de democratização da gestão escolar;

- implementação de uma política de comunicação através de documentos impressos - boletins, jornais, painéis e até mesmo através de murais - nos quais a prefeitura faz a divulgação de sua previsão orçamentária, de suas principais realizações e presta contas sobre o uso e destinação das verbas públicas.

Integrando os vários setores da administração municipal:

Buscar estratégias que possam fortalecer a integração entre as unidades de educação do sistema em seus vários níveis, inclusive escolas,

com os demais órgãos da Prefeitura Municipal, a fim de que estes possam de forma mais ágil, racional e eficiente, responsabilizar-se pela prestação de alguns serviços educacionais complementares, tais como:

- atendimento básico e preventivo de saúde escolar;
- fornecimento de merenda escolar;
- fornecimento de transporte escolar aos alunos da zona rural ou da zona urbana e periférica, quando necessário;
- promover atividades culturais e desportivas em clubes ou em espaços das escolas ou das comunidades locais;
- ceder prédios, espaços, equipamentos ou até mesmo recursos humanos especializados para o desenvolvimento de atividades de enriquecimento curricular;
- colaborar com o fornecimento de material escolar mínimo caderno, lápis, borracha etc. - aos alunos que necessitarem;
- promover concursos, campanhas, palestras, cursos, projeção de filmes, teatros, excursões, etc. voltados para a defesa e preser-

vação do meio ambiente, saúde, cidadania e outros temas que possam contribuir para o desenvolvimento de atividades extracurriculares.

- Executar serviços de apoio às unidades de educação, tais como:
 - construção, ampliação e reforma de prédios escolares;
 - manutenção geral, hidráulica, elétrica, etc. das escolas;
 - pequenos consertos de equipamentos e mobiliários.
- Sensibilizar o setor da Prefeitura Municipal responsável pela captação de recursos externos, para a elaboração de projetos que possam atrair apoio para viabilização de programas voltados à educação formal e não formal, como por exemplo:
 - preparação para o trabalho através de programas que exigem a frequência do aluno à escola em um período, e no outro propicie o exercício de atividades orientadas e remuneradas como: guarda-mirim, agricultor ou jardineiro-mirim, bordadeiras, babás, etc;
 - desenvolvimento de programas diversificados e integrados,

dirigidos à educação de jovens e adultos que não tiveram acesso à escola.

Articulando a cooperação entre as várias esferas do Poder Público:

- Aplicar adequadamente, de forma racional e transparente o percentual mínimo e obrigatório dos recursos municipais, prioritariamente na manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e da educação infantil.
- Buscar estratégias que permitam ao município assumir novas responsabilidades na área do ensino obrigatório e da educação infantil, através da cooperação técnica e financeira tanto da União como do Estado, de forma a receber dessas instâncias, todo apoio, assessoria e recursos necessários e aos quais faz jus.
- Elaborar plano de desenvolvimento educacional de forma articulada com o órgão de educação estadual, evitando a duplicidade de ações, tanto na construção de escolas como na oferta de matrículas nos diferentes cursos e tipos de ensino.
- Fazer o censo escolar ou o cadastramento antecipado de toda população escolar, através de um prévio planejamento e acordo com a Secretaria de Educação Estadual, de forma a garantir o acesso escolar a

todas as crianças e a divisão de responsabilidades na prestação dos serviços de educação.

- Otimizar os recursos humanos e financeiros, realizando.
 - programações conjuntas para a formação de professores;
 - elaboração, desenvolvimento e aperfeiçoamento de programações ou propostas curriculares;
 - estudos e avaliação de novas metodologias de ensino;
 - preparação e produção de material didático adequado às características e necessidades de formação do magistério local;
 - cursos à distância com utilização de multimeios, visando a qualificação ou habilitação profissional dos professores.
- Elaborar o Plano de Educação do Município ou o Plano Diretor de Educação, de forma a atender os requisitos técnicos mínimos e as exigências legais para obter os recursos financeiros que o município tem direito, através do repasse pelos órgãos públicos responsáveis - MEC/FNDE-FAE e Secretaria Estadual de Educação referente às cotas federais e estaduais do salário-educação, do

Finsocial, além de outras contribuições sociais vinculadas à educação ou receitas previstas no orçamento para serem aplicadas em atividades de ensino e pesquisa.

- Investir os recursos da prefeitura em escolas municipais e, quando for o caso, em escolas da rede estadual, - procurando melhorar as condições pedagógicas em termos de equipamentos, livros e outros materiais didáticos, ou ainda, na formação e aperfeiçoamento dos professores, contribuindo para elevar o padrão da qualidade do ensino oferecido à população.

Ampliando e conquistando novas parcerias e alianças:

- Articular os diferentes setores da sociedade em busca de novas parcerias e alianças com as empresas locais, entidades de classe ou sindicatos, instituições religiosas, comunidades locais e famílias de alunos, a fim de obter apoio efetivo e concreto na execução de algumas tarefas educacionais, tais como:

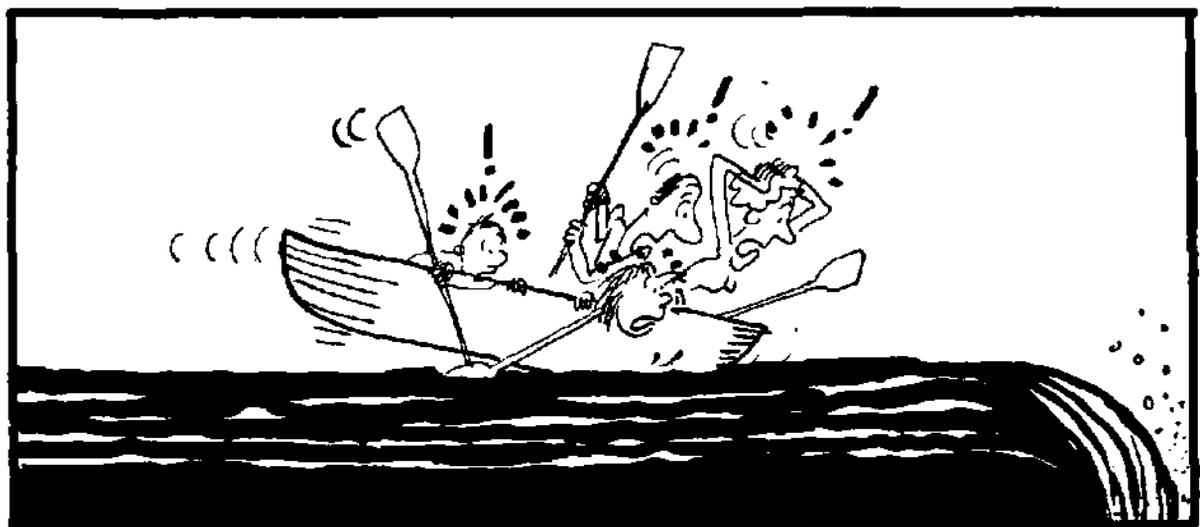
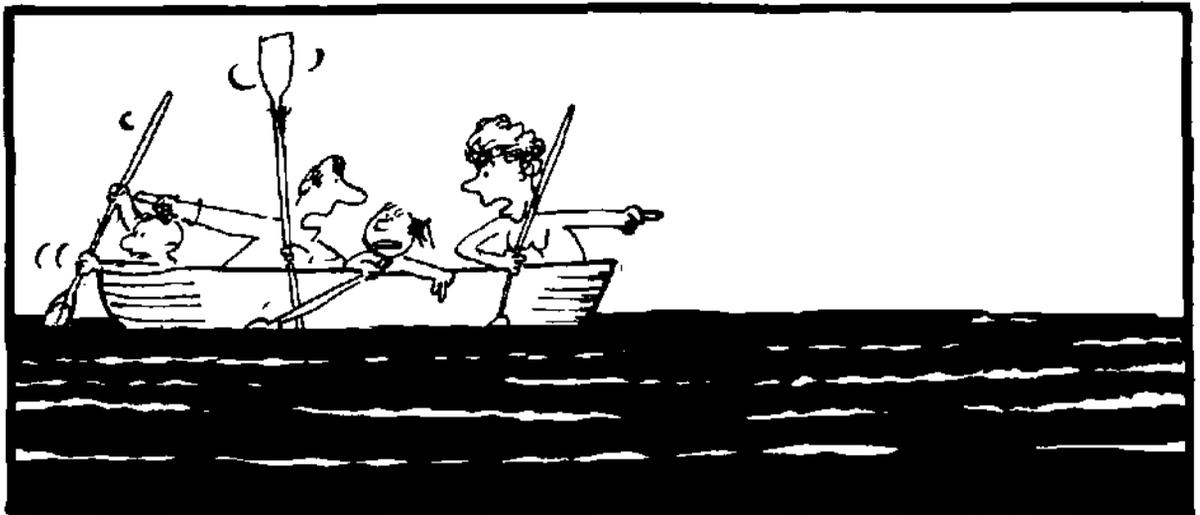
- manutenção do prédio escolar, melhoria de suas instalações físicas ou de seus equipamentos e material pedagógico, realizado por empresas que, para tanto, podem se utilizar dos estímulos tributários já existentes ou de outros instituídos por lei municipal;
- delegação da responsabilidade da administração de escolas a

cooperativas ou associações de professores, pais e lideranças comunitárias, que podem formar uma empresa ou entidade jurídica de direito privado e sem fins lucrativos, que recebe do Poder Público, os recursos financeiros necessários para garantir a gratuidade do ensino;

- estabelecer convênios ou termos de cooperação técnica e financeira, com a finalidade de assegurar a prestação de serviços educacionais não oferecidos pela administração pública, como o ensino especializado para portadores de deficiências ou cursos com formação profissionalizante para crianças ou jovens de rua, evitando a marginalização e favorecendo sua integração social.

- Promover parcerias com instituições de ensino superior ou outras entidades voltadas ao ensino e pesquisa, visando a atualização e aperfeiçoamento, tanto do pessoal que trabalha no órgão de educação central ou local, como nas escolas, através da oferta de diferentes alternativas de formação permanente, obtendo assim, uma melhor qualificação do quadro de magistério do município.

- Elaborar projetos de relevância social reconhecida, integrados direta ou indiretamente com as áreas de educação e cultura, de forma a promover parcerias e alianças com organizações não governamentais, nacionais ou internacionais.



DEMOCRATIZANDO A GESTÃO DO ENSINO

7

Priorizar o ensino fundamental é um desafio que precisa ser assumido por todos - sociedade e governantes - pois, é inegável que a educação é um dos fatores de desenvolvimento econômico e social. Essa é uma tarefa inadiável e possível de ser realizada. No entanto, é impossível efetivar uma política educacional adequada através dos tradicionais modelos de administração dos serviços públicos, reconhecidamente burocratizados, perdulários e ineficientes.

Mudanças, portanto, fazem-se necessárias!

Vontade e decisão política são fundamentais para promover as reformas que levem à democratização da gestão e à melhoria do ensino. A capacidade de identificar e estimular estratégias de ação, que permitam mobilizar educadores, comunidade local, instituições públicas e privadas, organizações não governamentais, promovendo novas parcerias e fortalecendo alianças em torno de um real compromisso com a educação, pode ser o ponto de partida para a concretização de mudanças efetivas que tornem os serviços públicos mais ágeis e eficientes.

O que fazer ?

• DEMOCRATIZANDO A GESTÃO DO SISTEMA

- criar canais de comunicação entre a população e a administração central ou local do órgão de educação, por meio de reuniões ou assembléias, nas quais a comunidade poderá participar efetivamente das decisões sobre as prioridades e diretrizes da política educacional;
- institucionalizar ou criar mecanismos de participação decisória na gestão do sistema de ensino, por meio de Conselhos, Colegiados ou Assembléias, onde dirigentes e representantes do magistério e da comunidade possam assumir compromissos e contribuir com sugestões para a definição de uma política educacional;
- criar ou reestruturar o órgão central de educação, tornando-o mais eficiente e adequado para atender às diferentes características regionais, sejam elas urbanas ou rurais.

Agilizando e tornando mais eficiente a máquina administrativa:

O Aperfeiçoar e modernizar o modelo gerencial do sistema de ensino, a fim de que todas as suas unidades de serviço estejam voltadas ao atendimento das necessidades das escolas. Várias alternativas e estratégias podem ser utilizadas:

- desconcentrar e descentralizar gradativamente tarefas realizadas em âmbito central e que podem ser cumpridas pela própria escola;
- delegar os poderes deliberativo e executivo às unidades de ensino mais próximas das escolas -

departamentos, delegacias, ou núcleos de ensino e, quando possível às próprias escolas;

- estimular a criação de instâncias colegiadas nos vários níveis do sistema de ensino, desde a escola até o órgão central, de modo a favorecer o planejamento educacional integrado em bases efetivas e reais;

- garantir a participação de representantes da comunidade e do magistério na composição de um conselho ou colegiado que atue em nível de órgão central, participando das definições das prioridades educacionais do município;

- fazer uso das normas existentes na Legislação que rege a administração pública em geral, complementando-a, se necessário, com legislação específica em nível municipal, para gerir o sistema educacional de maneira mais ágil e flexível por meio de uma entidade pública de cujo conselho participem representantes da comunidade e do magistério.

gerais que garantam a unidade do sistema de ensino incentivando cada escola a construir seu próprio projeto pedagógico, proporcionando-lhes apoio e supervisão técnica.

Possibilitando a cada escola a construção de sua identidade:

- Definir as diretrizes básicas e

Avaliando o sistema educacional:

- Criar um sistema avaliativo dos vários segmentos administrativos e do ensino, de modo a se verificar os resultados das diretrizes educacionais adotadas, do modelo de gestão utilizado, do progresso dos alunos e das necessidades de formação e apoio técnico das equipes educacionais.

• **DEMOCRATIZANDO A GESTÃO DA ESCOLA**

Aprimorar a qualidade de ensino, reduzir custos, integrar a escola na comunidade...são algumas das metas do administrador consciente de suas responsabilidades.

Fazendo da escola o núcleo central do sistema de ensino:

- Organizar o sistema de ensino fundamental visando o fortalecimento e a democratização da gestão da unidade escolar, proporcionando-lhe autonomia de decisão quanto ao seu projeto pedagógico.
- Estimular a participação e o compromisso de todos os segmentos

da unidade escolar: alunos, pais, professores, funcionários e representantes da comunidade nas decisões a respeito dos aspectos pedagógicos, administrativos e financeiros da escola.

- Institucionalizar nas escolas canais de participação da comunidade escolar e local, através de Colegiados ou Conselhos com poderes consultivo, deliberativo e

executivo;

- Estabelecer critérios para o provimento das funções de direção e coordenação pedagógica, cujos cargos podem ser preenchidos através de eleição pela comunidade escolar.

Descentralizando recursos financeiros:

- Assegurar a cada unidade escolar os recursos financeiros necessários para pequenos gastos, destinados à sua conservação e manutenção.

- Proporcionar mais autonomia financeira às unidades escolares, adotando as medidas legais mais adequadas às características da realidade local. Nesse caso, os recursos são repassados pelo órgão responsável, conforme previsão da lei orçamentária, às escolas, a partir de um diagnóstico de suas necessidades.

- Repassar verbas para as escolas de forma mais ágil através de entidade jurídica, geralmente já prevista em regimento escolar, como por exemplo, a Associação de Pais e Mestres, o Caixa Escolar, Conselhos Escolares e outros. Essas entidades podem legalmente gerir esses recursos, bem como responsabilizar-se pela aprovação dos gastos e prestação de contas no âmbito da unidade escolar.

- Ampliar gradativamente a autonomia financeira das escolas, dotando-as da infra-estrutura mínima

e necessária ao gerenciamento dos recursos financeiros a ela repassados pelo órgão responsável. Dessa forma, além de cuidar de sua manutenção e conservação, ela poderá adquirir equipamentos e materiais didáticos, necessários ao desenvolvimento de seu próprio projeto pedagógico.

Viabilizando a construção da identidade de cada escola:

- Estimular a unidade escolar a produzir coletivamente, a partir de suas necessidades e características seu próprio projeto pedagógico: direcionando-o, acompanhando-o, avaliando-o através do órgão local ou central de educação.

- Apoiar e garantir às escolas a infra-estrutura básica necessária ao desenvolvimento de seus projetos.

Levando a agilidade do gerenciamento empresarial à atividade educacional:

- Estabelecer convênios entre a Prefeitura Municipal e empresas ou instituições sem fins lucrativos para gerenciar as unidades escolares, sob o controle normativo, técnico e fiscalizador do Poder Público, responsável ainda pelo repasse dos recursos públicos a essas entidades, destinados à manutenção da escola e pagamento de todos os seus funcionários. Essa forma de gestão respeita a exigência constitucional de gratuidade e universalidade do ensino fundamental, podendo viabilizar-se através de diferentes estratégias,

dentre as quais destacam-se:

1 - Delegar a administração das unidades escolares a empresas constituídas para esse fim específico, na forma de cooperativa escolar composta de no mínimo 50% de professores e funcionários diretamente envolvidos com a educação, após processo licitatório de concorrência pública.

2 - Delegá-la a uma associação constituída exclusivamente por docentes e funcionários. Em ambas as situações algumas medidas são necessárias, tais como:

- os recursos financeiros podem ser repassados pelo poder público a essas cooperativas com base no número de alunos matriculados e com frequência regular. A boa administração e racionalização dos gastos reverte em melhoria salarial de todos os funcionários;
- a comunidade escolar (pais, alunos, docentes, funcionários e representantes de segmentos organizados da comunidade local) pode participar sob a forma de colegiados, devidamente regulamentados do gerenciamento, apoiando e fiscalizando os atos administrativos dessas instituições;
- o convênio deve estabelecer as obrigações entre as partes. Assim, a Prefeitura Municipal poderá ser responsável por:

- Ceder o edifício escolar equipado com mobiliário e material didático-pedagógico mínimo necessário;

- Estabelecer claramente as normas gerais e diretrizes da política educacional a serem seguidas, de forma a garantir a unidade do ensino;

- Prestar assessoria técnico-pedagógica e administrativa à entidade gestora;

- Zelar, juntamente com o Conselho de Pais e Mestres, pela manutenção e melhoria da qualidade do ensino;

- Respeitar o cronograma previamente estabelecido para o repasse financeiro;

Por outro lado, a instituição conveniada poderá ser responsável por:

- Cumprir o plano curricular, o regimento e o calendário escolar.

- Garantir o nível de qualificação do pessoal docente e técnico-administrativo.

- Cumprir as deliberações do Colegiado, Conselho de Escola ou Conselho de Pais e Mestres.

- Administrar os recursos financeiros, efetuando o pagamento de salários, encargos e obrigações fiscais.

- Zelar pela manutenção e conservação do prédio escolar.

- Assegurar o suprimento de material didático, esportivo e de expediente.

VEJA, EM SÍNTESE, O QUE ELES FIZERAM!

Os quadros a seguir indicam as ações mais significativas desenvolvidas em quinze municípios brasileiros, visando universalizar o acesso, melhorar a qualidade do ensino e democratizar a escola pública.

Para saber mais:

Maiores informações sobre estas experiências podem ser encontradas nos relatórios publicados pelo UNICEF - um para cada município.

LA. E AS CRIANÇAS ? TODAS TÊM ESCOLA ?

Ações	Belo Horizonte (MG)	Conchas (SP)	Dom Inocêncio (PI)	Icapui (CE)	Iguatu (CE)	Ijuí (RS)	Jaboatão (PE)	Jaguatê (ES)	Marechal Rondon (PR)	Maringá (PR)	Porto Alegre (RS)	Resende (RJ)	São José da Varg. (MG)	São Raimundo Nonato (PI)	Vitória (ES)
• Diagnóstico da Demanda: verificando quantas são e onde estão as crianças sem escola.	<input type="radio"/>			<input type="radio"/>	<input type="radio"/>				<input type="radio"/>			<input type="radio"/>			<input type="radio"/>
• Racionalização do uso dos espaços escolares, com aproveitamento intensivo dos mesmos.	<input type="radio"/>			<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>			<input type="radio"/>			<input type="radio"/>			<input type="radio"/>
• Nucleação de escolas permitindo aos alunos que se deslocam, de seus locais de residência, para unidades situadas em pontos de maior densidade populacional.				<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>									
• Garantia de transporte escolar às crianças que moram longe da escola e aos jovens que realizam cursos de habilitação ao magistério fora do município.				<input type="radio"/>	<input type="radio"/>			<input type="radio"/>				<input type="radio"/>			
• Integração entre as Secretarias de Educação do Estado e do Município no diagnóstico e acomodação da demanda.	<input type="radio"/>											<input type="radio"/>			
• Extensão da Escolaridade, criando-se classes de 5ª a 8ª série	<input type="radio"/>			<input type="radio"/>	<input type="radio"/>			<input type="radio"/>				<input type="radio"/>			
• Implantação de cursos de ensino à distância, através da TV Educativa e monitorias, assegurando ensino de 5ª a 8ª série aos alunos de regiões escassamente povoadas.				<input type="radio"/>	<input type="radio"/>							<input type="radio"/>			
• Criação da escola comunitária rural num regime de alternância entre atividades na escola e no campo.								<input type="radio"/>							<input type="radio"/>

I.B. E AS CRIANÇAS ? TODAS TÊM ESCOLA ?

Ações	Belo Horizonte (MG)	Conchas (SP)	Dom Inocêncio (PI)	Icapui (CE)	Iguatu (CE)	Ijuí (RS)	Jaboatão (PE)	Jaguatê (ES)	Marechal Rondon (PR)	Maringá (PR)	Porto Alegre (RS)	Resende (RJ)	São José da Varg. (MG)	São Raimundo Nonato (PI)	Vitória (ES)
• Implantação ou consolidação do Bloco Único/Ciclo Básico, eliminando a reprovação na passagem da 1ª para a 2ª série	<input type="checkbox"/>								<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>				<input type="checkbox"/>
• Desenvolvimento de um Ensino Modular, onde a promoção é automática, por nível de conhecimento acumulado, sem interrupção de um ano para o outro.		<input type="checkbox"/>													
• Substituição da avaliação classificatória, através de notas, pela Avaliação qualitativa de aprendizagem com caráter diagnóstico.	<input type="checkbox"/>				<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>				
• Implementação de Projetos específicos de Reforço e Recuperação para alunos com ritmo diferenciado de aprendizagem.	<input type="checkbox"/>								<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			
• Ampliação da Carga Horária de 4 para 6 horas ou mais, através de programas educacionais, culturais ou desportivos realizados na escola ou em outros espaços.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>					<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			
• Adequação do Calendário Escolar às necessidades da comunidade, em especial no meio rural		<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>				<input type="checkbox"/>				<input type="checkbox"/>			
• Aumento no número de dias letivos												<input type="checkbox"/>			
• Ampliação e investimento em Educação Infantil, percebendo-se creche pré-escola como importantes espaços de aprendizagem.		<input type="checkbox"/>									<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>

II.A. MELHORANDO AS CONDIÇÕES DE ENSINO

Ações	Belo Horizonte (MG)	Conchas (SP)	Dom Inocêncio (PI)	Icapui (CE)	Iguatu (CE)	Ijuí (RS)	Jaboatão (PE)	Jaguarié (ES)	Marechal Rondon (PR)	Maringá (PR)	Porto Alegre (RS)	Resende (RJ)	São José da Varg. (MG)	São Raimundo Nonato (PI)	Vitória (ES)
•Ampliação das oportunidades de formação permanente para os professores.	<input type="radio"/>			<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>		<input type="radio"/>
•Estabelecimento de parcerias com a Universidade, no apoio aos projetos das escolas, na formação de professores e pesquisas.				<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>									
•Estímulo ao trabalho coletivo, com envolvimento de toda a equipe escolar.	<input type="radio"/>						<input type="radio"/>				<input type="radio"/>	<input type="radio"/>			<input type="radio"/>
Incentivo à escola para que elabore com autonomia e de forma participativa, o seu Projeto Pedagógico	<input type="radio"/>			<input type="radio"/>				<input type="radio"/>				<input type="radio"/>		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
•Revisão do papel do Supervisor e demais especialistas, superando a função de fiscalização e substituindo-a pelas funções de apoio, orientação e capacitação	<input type="radio"/>			<input type="radio"/>			<input type="radio"/>								
•Implementação do Currículo, tentando integrar as diferentes áreas do Conhecimento, em constante interação com a realidade do aluno	<input type="radio"/>			<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>									
•Sanável diminuição dos índices de repetência, evasão e analfabetismo, através da ênfase na aprendizagem e no sucesso do aluno.		<input type="radio"/>							<input type="radio"/>		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>			<input type="radio"/>
•Implantação ou consolidação do Bloco Único/Ciclo Básico, eliminando a reprovação na passagem da 1ª para a 2ª série	<input type="radio"/>								<input type="radio"/>		<input type="radio"/>				<input type="radio"/>

III. MELHORANDO AS CONDIÇÕES DA ESCOLA

Ações	Belo Horizonte (MG)	Conchas (SP)	Dom Inocêncio (PI)	Icapui (CE)	Iguatu (CE)	Ijuí (RS)	Jaboatão (PE)	Jaguare (ES)	Marechal Rondon (PR)	Maringá (PR)	Porto Alegre (RS)	Resende (RJ)	São José da Varg. (MG)	São Raimundo Nonato (PI)	Vitória (ES)
• Ampliação, reforma e aperfeiçoamento do espaço físico escolar, para melhor adequá-lo a um projeto educativo.	<input type="checkbox"/>														
• Distribuição de equipamentos, recursos didáticos e materiais pedagógicos às escolas	<input type="checkbox"/>														
• Instalação de oficinas e laboratórios nas escolas ou em equipamentos sociais próximos.	<input type="checkbox"/>														
• Instalação de bibliotecas e salas de leitura nas escolas.	<input type="checkbox"/>														

IV.A. VALORIZANDO O PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO

Ações	Belo Horizonte (MG)	Conchas (SP)	Dom Inocêncio (PI)	Icapuí (CE)	Iguatu (CE)	Ijuí (RS)	Jaboatão (PE)	Jaguarié (ES)	Marechal Rondon (PR)	Maringá (PR)	Porto Alegre (RS)	Resende (RJ)	São José da Vargem (MG)	São Raimundo Nonato (PI)	Vitória (ES)
•Elaboração do Estatuto do Magistério	<input type="checkbox"/>								<input type="checkbox"/>						
•Estabelecimento de Piso Salarial para os professores				<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>				<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>
•Elaboração de Plano de Cargos e Salários				<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>
•Realização de Concurso Público de Ingresso, Acesso e Remoção.					<input type="checkbox"/>							<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>
•Ampliação das oportunidades de formação permanente para os Professores.	<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
•Habilitação em serviço de Professores, através de cursos regulares.				<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
•Estímulo ao trabalho coletivo, e à troca de experiências entre os professores.	<input type="checkbox"/>						<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>
•Utilização do ensino a distância através da TV Educativa e monitores na formação de professores.				<input type="checkbox"/>								<input type="checkbox"/>			

IV.B. VALORIZANDO O PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO

Ações	Belo Horizonte (MG)	Conchas (SP)	Dom Inocêncio (PI)	Icapuí (CE)	Iguatu (CE)	Ijuí (RS)	Jaboatão (PE)	Jaguatê (LS)	Marechal Rondon (PR)	Maringá (PR)	Porto Alegre (RS)	Resende (RJ)	São José da Varg. (MG)	São Raimundo Nonato (PI)	Vitória (ES)
• Organização de Laboratórios de Projetos e Oficinas Pedagógicas na formação de professores.	<input type="radio"/>														<input type="radio"/>
• Realização de Cursos e Simpósios	<input type="radio"/>									<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>			<input type="radio"/>

V. OFERECENDO OPORTUNIDADES EDUCACIONAIS PARA TODOS

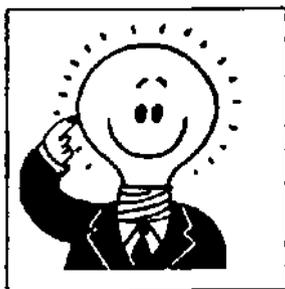
Ações	Belo Horizonte (MG)	Conchas (SP)	Dom Inocêncio (PI)	Icapuí (CE)	Iguatu (CE)	Ijuí (RS)	Jaboatão (PE)	Jaguari (ES)	Marechal Rondon (PR)	Maringá (PR)	Porto Alegre (RS)	Resende (RJ)	São José da Varg. (MG)	São Raimundo Nonato (PI)	Vitória (ES)
•Ampliação das oportunidades de alfabetização para jovens e adultos.	<input type="checkbox"/>							<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>						
•Organização de Cursos Profissionalizantes.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>									<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
•Organização de Cursos Profissionalizantes na Zona Rural.	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>									<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	
•Organização de Cursos Profissionalizantes na Zona Urbana.	<input type="checkbox"/>											<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Atividades intersecretariais integradas, resgatando a Arte, a Cultura e a História da comunidade.			<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>										
•Organização de Escolinhas de Teatro, Artesanato e Música.					<input type="checkbox"/>										
•Organização de Escolinhas de Esportes		<input type="checkbox"/>													
Implementação de projetos de Educação ambiental.		<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>					<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>				<input type="checkbox"/>	

VI.A. FORTALECENDO PARCERIAS E PROMOVENDO ALIANÇAS

Ações	Belo Horizonte (MG)	Corchias (SP)	Dom Inocêncio (PI)	Icapuí (CE)	Iguatu (CE)	Ijuí (RS)	Jaboatão (PE)	Jaguari (ES)	Marechal Rondon (PR)	Maringá (PR)	Porto Alegre (RS)	Resende (RJ)	São José da Varg. (MG)	São Raimundo Nonato (PI)	Vitória (ES)
<ul style="list-style-type: none"> • Abertura de canais de participação através dos quais a comunidade tem a oportunidade de definir prioridades e destinação de recursos. - Assembleia Popular 				<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>							
<ul style="list-style-type: none"> - Conselhos ou Colegiados no nível do município. 	<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>							
<ul style="list-style-type: none"> • Implementação da Política de Comunicação, visando assegurar a circulação de informação entre a administração pública e a população. 	<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>					<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>
<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecimento de parcerias entre órgãos públicos e Secretarias do Estado e do Município, para o desenvolvimento de políticas sociais em favor da criança e do adolescente. 	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>
<ul style="list-style-type: none"> • Descoberta de formas eficientes de Captação de Recursos adicionais para educação. 		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>								<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecimento de Convênio com Instituições Públicas 				<input type="checkbox"/>				<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecimento de Convênio com Empresas Privadas 		<input type="checkbox"/>										<input type="checkbox"/>			

VILA. DEMOCRATIZANDO A GESTÃO DO SISTEMA

Ações	Belo Horizonte (MG)	Conchas (SP)	Dom Inocêncio (PI)	Icapui (CE)	Iguatu (CE)	Ijuí (RS)	Jaboatão (PE)	Jaguare (ES)	Marechal Rondon (PR)	Maringá (PR)	Porto Alegre (RS)	Resende (RJ)	São José da Vargem (MG)	São Raimundo Nonato (PI)	Vitória (ES)
<ul style="list-style-type: none"> - Ampliação da participação popular nas decisões sobre Educação; 	<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>							
<ul style="list-style-type: none"> - Assembléias Populares 	<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>			
<ul style="list-style-type: none"> - Conselhos ou Colegiados a nível de Município 	<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>			
<ul style="list-style-type: none"> - Descentralização da Gestão através de: 	<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>			
<ul style="list-style-type: none"> - maior autonomia pedagógica para as unidades escolares. 	<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>			
<ul style="list-style-type: none"> - descentralização e repasse de Recursos para as escolas. 	<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>			



DICAS

O QUE FAZER PARA QUE
A EDUCAÇÃO BÁSICA DÊ CERTO
NO SEU MUNICÍPIO

Para a análise e o registro das experiências educacionais foram selecionados 15 municípios de porte grande, médio e pequeno, localizados em 9 estados brasileiros, cujas políticas educacionais nortearam suas opções pelo princípio do direito de todos à Educação Básica. Esta escolha permitiu uma reflexão acerca de modelos diferenciados de gestão do sistema escolar que criaram formas próprias de interagir com seu meio social, revelando capacidade de organização escolar e gestão pedagógica voltadas para a melhoria da qualidade do ensino.

Muitas vezes a realização do simples e do óbvio trouxe resultados significativos, e constituem-se em lições para outras regiões.

As propostas e ações que aqui se apresentam certamente serão utilizadas de diferentes maneiras - cada município fará opções por diferentes alternativas, adequando-as à sua realidade ou reagrupando-as de acordo com o seu contexto.

INICIATIVA



REALIZAÇÃO



CECIP

APOIO



MEC

Secretaria de Educação Fundamental

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)